

A juíza Hanae solta bandidos que tentaram matar jornalista

Da redação

A juíza Hanae Yamamura de Oliveira, do Núcleo de Audiências de Custódia de Cuiabá, concedeu liberdade aos quatro homens que atentaram contra a vida do empresário Geandré Latorraca, proprietário do jornal *Estadão Mato Grosso*. O crime foi cometido na quarta-feira, 16 de outubro, e a audiência de custódia foi realizada na tarde desta quinta-feira, 17.

Surpreendentemente, a magistrada ignorou a extensa ficha criminal dos bandidos e justificou que as medidas cautelares diversas da prisão são suficientes para proteção da vítima, que teve uma arma apontada contra sua cabeça.

“Mesmo sem adentrar ao mérito dos fatos, até mesmo porque, ainda em fase incipiente, sem produção probatória e, em que pese a reprovabilidade da conduta dos custodiados, entendo que, no presente caso, as cautelares diversas da prisão se mostram suficientes

para proteção da vítima”, alegou.

Como medida cautelar, Yamamura apenas restringiu os criminosos de ter contato com Geandré e seus familiares, não portar arma e manter distância de um quilômetro da vítima. A juíza sequer impôs o uso de tornozeleira eletrônica nos criminosos.

O CRIME - O empresário Geandré Latorraca estava em seu restaurante, o “Fonte do Paladar” na manhã desta quarta-feira, quando quatro homens chegaram armados ao local, dizendo que tinham sido contratados para matá-lo, por envolvimento com uma mulher casada.

O grupo criminoso é composto pelo soldado da Polícia Militar, Ednilton Rafael Santos Costa; detetive particular e empresário Diemerson Carlos Guido Zick; o irmão dele Dieferson Lucas Guido Zick; e um quarto envolvido, identificado como Kleyferson Ribeiro de Freitas.

Os quatro homens obrigaram o empre-



Estadão Mato Grosso

sário a gravar um vídeo afirmando que não voltaria a mexer com mulheres casadas, mesmo Geandré destacando que não praticava tais atos.

Mesmo assim, diante da ameaça de morte a si próprio e a seus funcionários no restaurante,

Latorraca aceitou gravar o vídeo. Os bandidos fugiram do local em seguida e foram caçados pela Rotam, que agiu rapidamente.

A ação rápida da Polícia Militar trouxe a sensação de mais segurança, sentimento esse agora completamente

diluído pela decisão, que sequer levou em consideração a periculosidade dos criminosos.

As investigações estão em andamento, mas já está claro para o empresário que o atentado contra sua vida se deu por causa de reportagens publicadas pelo jornal

Estadão Mato Grosso, do qual ele é dono.

A principal suspeita é que a motivação tenha sido uma reportagem publicada em agosto, na qual o jornal revelou que um grande esquema de venda de sentenças ocorre no interior do Estado.

DESFECHO DA CHACINA

Júri condena Assassino de Sinop a 136 anos de prisão

Da redação

Após mais de 11 horas de julgamento, Edgar Ricardo de Oliveira, autor da chacina que vitimou sete pessoas em Sinop em 2023, foi condenado a 136 anos de prisão nesta terça-feira, 15 de outubro. O crime foi praticado durante o feriado de Carnaval de 2023, quando Edgar e seu comparsa, Ezequias Souza Ribeiro, mataram sete pessoas, entre elas uma criança de 12 anos, em um bar, após perderem uma aposta na sinuca. A condenação foi decidida pelo Tribunal do Júri, presidido pela juíza Rosângela Zackarkim dos Santos. Além da pena, Edgar foi condenado a pagar R\$ 200 mil em indenizações aos familiares das vítimas.

O julgamento foi marcado por depoimentos de sobreviventes e familiares, revelando detalhes brutais do crime. Edgar foi considerado culpado por sete homicídios qualificados, incluindo os assassinatos de uma adolescente de 12 anos, Larissa Almeida Frazão, e de Getúlio, o dono do bar. O réu foi condenado ao regime fechado e já começou a cumprir sua sentença provisoriamente na Penitenciária Central do Estado (PCE), de onde partici-



Reprodução

pou do julgamento de forma virtual.

Durante o julgamento, a promotoria, representada pelo promotor Hebert Dias Ferreira, apresentou vídeos e depoimentos que mostraram a frieza com que Edgar cometeu os assassinatos. As imagens revelaram que Edgar fumava um cigarro enquanto atirava, demonstrando uma aparente indiferença diante da morte das vítimas.

A promotoria também destacou que Edgar atirou em Larissa pelas costas enquanto a adolescente tentava fugir.

TENTATIVAS DA DEFESA - A defesa de Edgar, conduzida pela Defensoria Pública, tentou minimizar sua responsabilidade, argumentando que ele agiu sob efeito de drogas e que o assassinato da adolescente foi acidental.

No entanto, o júri rejeitou os argumentos

da defesa, mantendo as qualificadoras de motivo torpe, meio cruel e perigo comum. A promotoria rebateu afirmando que Edgar não demonstrou qualquer arrependimento ou remorso, lembrando que ele havia se referido às vítimas como "vagabundos" durante sua prisão e que tentou culpar outras pessoas, incluindo seu comparsa Ezequias e até mesmo o dono do bar, Bruno, por suposto "complô" contra ele.

PORTÃO DO INFERNO

MPF e MPMT tentam barrar obra

Da redação

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) moveram ação civil pública, com pedido de liminar, para suspensão imediata das obras na rodovia MT-251, no trecho conhecido como “Portão do Inferno”, dentro do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. A ação aponta diversas irregularidades no licenciamento ambiental da obra e alerta para o risco de alteração irreversível da paisagem e topografia do local, além do aumento no risco de deslizamentos durante e após o término das atividades.

No julgamento do mérito da ação, o MPF e o MPMT pedem a nulidade do processo de licenciamento ambiental da obra em razão de diversas irregularidades, como a ausência de motivação para aplicação do licenciamento simplificado, a indevida classificação de risco das obras de retaludamento, a nulidade da Autorização para Licenciamento Ambiental, dentre outras.

O retaludamento é um processo de terraplanagem no qual se alteram, por cortes ou aterros, os taludes (terreno inclinado) originalmente existentes em um determinado local, como uma encosta, com o objetivo

de estabilizá-la e evitar deslizamentos.

Na ação, os MPs solicitam, ainda, que a Justiça Federal declare a nulidade da escolha pelo projeto de retaludamento da rocha feita pelo Estado do Mato Grosso, devido à ausência de critérios de razoabilidade e proporcionalidade e à inexistência das vantagens apresentadas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística Estadual (Sinfra/MT).

A procuradora da República Marianne Cury Paiva e o promotor de justiça Leandro Volocho, autores da ação, pedem também a realização de estudos mais detalhados que considerem os aspectos ambientais, geológicos e cênicos do Portão do Inferno, bem como aspectos sociais, econômicos e de locomoção dos municípios abrangidos pelo Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. Deve ser garantida também a participação da população na tomada de decisão, utilizando critérios e metodologias claras para escolha da alternativa de intervenção na região.

São réus na ação o Estado de Mato Grosso, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a empresa Lotufo Engenharia e Construções Ltda.

EDITORIAL

A necessidade faz a hora

O número de empresas criadas em 2021 bateu recorde absoluto, atingindo a marca de 4,026 milhões de novos empreendimentos em apenas um ano - crescimento de 19,7% na comparação com o ano anterior. A análise fria dos números faz parecer que a economia brasileira está 'voando', como propala nosso ministro da Economia, Paulo Guedes. No entanto, basta uma análise mais detida à realidade por trás dos números que fica perceptível que a situação não é bem assim.

Conforme dados do próprio Ministério da Economia, o ano de 2021 se encerrou com um total de 12 milhões de desempregados, o equivalente a 11,1% da força de trabalho nacional. Quem não quis se tornar estatística, precisou usar de todas as forças para garantir a renda suficiente para pagar as contas e cuidar de suas famílias. Eis, então, a razão principal para o enorme salto no número de empresas criadas em 2021: a necessidade.

Isso fica perceptível em cada conversa com os atores do mercado, em especial no setor de alimentação. Hoje, restaurantes, hotéis e lanchonetes enfrentam dificuldade para encontrar trabalhadores qualificados porque precisaram demiti-los no auge da pandemia. Sem emprego, esses trabalhadores migraram para outros setores ou... criaram suas próprias empresas. Eles são impulsionados por uma economia cada vez mais dinâmica, visto que hoje não é necessária uma grande estrutura para atendimento ao público. Um espaço na cozinha de casa basta para elaborar quitutes e

despachá-los via aplicativos de delivery. Basta ver que de cada 10 empresas abertas, 8 são de microempreendedores individuais - os MEIs.

Essa tendência já havia sido observada em 2020, primeiro ano da pandemia de covid-19, quando o contingente de desempregados aumentou de forma assustadora. A pesquisa GEM (Monitor de Empreendedorismo Global, na sigla em inglês) identificou que o número de empreendedores nascentes (com menos de 3 meses de negócio) motivados pela necessidade saltou de 20,3% em 2019 para 53,4% em 2020.

É normal que as crises impulsionem o surgimento de novos negócios e certamente há um efeito favorável à economia, com mais pessoas conseguindo meios para garantir o sustento de suas famílias, o que faz toda a engrenagem girar. Porém, ainda é preciso ver até onde esses empreendedores conseguirão chegar, já que abrir uma empresa - principalmente como MEI - é uma tarefa muito mais fácil do que mantê-la em funcionamento. Eles precisarão de uma forte rede de apoio para guiá-los e ajudá-los a encontrar o tão almejado sucesso. Pode ser mais difícil, mas certamente será recompensador.

Empreendedorismo Humanista

André Naves (*)

A República Federativa do Brasil é, por essência, um Estado Democrático de Direito. Esse fundamento está alicerçado na dignidade da pessoa humana, que se desdobra em duas vertentes complementares: a dignidade individual e a dignidade coletiva. Para que essa dignidade seja efetivada, a democracia se revela indispensável. Não se trata apenas de um regime político, mas da própria alma da nação. A democracia é a expressão viva da vontade popular. É um instrumento essencial para a concretização, aprofundamento e promoção dos direitos humanos.

Mas o que são, afinal, os direitos humanos? Eles emergem de cinco pilares fundamentais que garantem o desenvolvimento pleno do ser humano: Vida, Liberdade, Igualdade, Propriedade e Segurança. São direitos que transcendem a mera existência física e se projetam no sentido de garantir que cada indivíduo possa alcançar sua emancipação e, ao mesmo tempo, contribuir para o fortalecimento da coletividade.

O direito à Vida, nesse contexto, não se resume à subsistência. Ele compreende um conjunto de condições que possibilitam o desenvolvimento integral do indivíduo. Vida, nesse sentido amplo, inclui educação, saúde, segurança e todas as ferramentas necessárias para que o ser humano atinja seu potencial máximo, tanto no plano pessoal quanto no social.

Liberdade, por sua vez, vai além do simples direito de ir e vir. Implica a capacidade de o indivíduo tomar decisões autônomas e ser responsável pelos resultados dessas escolhas. É o exercício consciente de viver em uma sociedade plural, respeitando os direitos alheios e, ao mesmo tempo, afirmando sua própria identidade.

Igualdade, em uma verdadeira democracia, não significa uniformidade. Pelo contrário, significa a valorização da diversidade, garantindo que todos tenham acesso a uma base essencial de bens e serviços que possibilitem seu desenvolvimento individual. A igualdade de oportunidades é, portanto, o caminho para a criação de uma sociedade mais justa, onde cada um tenha as mesmas condições para prosperar, respeitando as diferenças culturais, econômicas e sociais.

Quando falamos em Segurança, o conceito se expande para abranger não apenas a proteção contra crimes e ameaças físicas, mas também a segurança alimentar, sanitária, educacional e econômica. A verdadeira segurança é aquela que protege o indivíduo e lhe garante um ambiente propício ao seu desenvolvimento, livre de ameaças que possam comprometer sua dignidade.

Por fim, a Propriedade não se restringe aos bens materiais. Trata-se também de algo mais intrínseco, como os valores, princípios e convicções que formam a identidade de cada pessoa. A propriedade é, enfim, o espaço em que o indivíduo expressa sua singularidade e

autonomia. Ela abrange tudo o que é próprio do indivíduo!

Nesse cenário de direitos humanos e dignidade, emerge a necessidade de se promover um novo conceito de empreendedorismo: o Empreendedorismo Humanista. A ideia central desse conceito é simples, mas profunda: o ambiente empreendedor deve ser uma ferramenta para a emancipação do indivíduo, promovendo a criação de negócios que não apenas gerem lucro, mas que também contribuam para o desenvolvimento social e humano.

Para tanto, políticas públicas que desburocratizem, facilitem e incentivem a criação de novos negócios são essenciais. No entanto, esse estímulo ao empreendedorismo deve ser acompanhado de uma educação humanizante, que capacite o indivíduo para enxergar seu trabalho como uma extensão de sua dignidade e criatividade. Um empreendedor humanista, portanto, não busca apenas o lucro imediato. Ele reconhece que sua atividade econômica tem impacto direto na coletividade. Ele entende que a pluralidade de ideias, a diversidade cultural e a inovação são elementos fundamentais para o sucesso de seu empreendimento.

Quando colocados em contato com ambientes plurais, os empreendimentos se tornam mais dinâmicos, resilientes e viáveis, contribuindo para a construção de um mercado de trabalho mais forte e inclusivo. O Empreendedorismo Humanista, portanto, é

um caminho para que a sociedade brasileira se estruture em bases mais sustentáveis, justas e inclusivas.

Ao promover um ecossistema empreendedor que valorize a dignidade humana e a pluralidade, o Brasil estará criando as condições necessárias para que os direitos humanos sejam concretizados na prática. A dignidade individual e coletiva só poderá ser alcançada quando a economia, a educação e o trabalho estiverem orientados para o bem comum, em um processo contínuo de emancipação e respeito mútuo.

Assim, o Empreendedorismo Humanista não é apenas uma estratégia econômica, mas um compromisso ético com a promoção de uma sociedade mais justa, na qual a dignidade individual e os direitos humanos ocupem o centro das políticas públicas e das práticas empresariais. A Democracia, nesse contexto, é o terreno fértil onde essa nova forma de empreender poderá florescer, promovendo um futuro mais próspero e humano para todos os brasileiros."

* ANDRÉ NAVES é Defensor Público Federal, especialista em Direitos Humanos, Inclusão Social e Economia Política. Escritor, professor, ganhador do Prêmio Best Seller pelo livro "Caminho - a Beleza é Enxergar", da Editora UICLAP (@andrenaves.def).



Entre o fogo e a seca

Herman Oliveira (*)

Mato Grosso está em chamas!
O Brasil está em chamas!
O mundo inteiro em chamas!
Ao mesmo tempo, também estamos secando!

Tenho, por força de ofício, mas também por hábito, acompanhado discussões sobre Crise Climática, Crise Hídrica, Insegurança Alimentar, mas também tenho observado as paisagens desde a rua onde moro, até enquanto viajo pelo estado realizando uma parte do meu trabalho.

É espantosa a alteração da paisagem, as cinzas escuras e claras, árvores ressequidas, animais mortos, morros pelados... tudo isso dá o que pensar! Tudo isso me leva a um lugar, não sei se no futuro ou no presente, em que não há esperança, não há água, comida, um pouco à moda dos filmes apocalípticos que anunciam um mundo de desespero e morte, doenças, guerras e, de maneira extremamente pungente, aquilo que o velho Marx dizia e que o neoliberalismo tem varrido para debaixo do tapete: a luta de classes.

Recentemente reli um livro complexo e instigador do Zizek, "Um mapa da ideologia", e fui lembrando todas ou quase todas as vezes em que fomos, nós da esquerda, acusados de fazermos defesas ideológicas. Essas acusações têm atingido o paroxismo na política a partir de muitas inverdades: ideologia de gênero, escola sem partido (por causa da ideologia implícita, obviamente), ambientalismo político ideológico que anuncia as mudanças climáticas e por aí vai. Porém, uma ideia (não uma ideologia), a partir do primeiro parágrafo do livro, ficou espantando meus pensamentos: "é mais fácil pensar num cenário catastrófico do que pensar o fim do capitalismo".

Então, perguntaria a alguém que não tenha captado a má intenção implícita no meu raciocínio: o que uma coisa tem a ver com a outra? Tudo, eu diria.

Primeiro, é assustador o fato de que as plataformas da maioria esmagadora dos políticos sequer fazem menção às crises que eu aponte anteriormente. É como se isso fosse problema dos outros. Mas quais outros?

Vocês se lembram daquele desenho animado que minhas filhas chamam de filme, "A

Era do Gelo"? A certa altura o grupo que o protagoniza se defronta com um exército de dodôs e tenta pegar um melão para alimentar a criança que fazia parte do bando. Os dodôs reagem de maneira violenta, avançando e dizendo "Doom on you!" que foi traduzido para "Problema de vocês!".

Entenderam a analogia? Os políticos, num verdadeiro e incrível exercício de alienação, simplesmente ignoram o problema (Problema de vocês!). Não é que eles negam que haja um problema, mas jogam com a relação entre o visível e o invisível. Não basta sentir o calor na pele, não bastam os incêndios, o racionamento de água, as altas temperaturas ou o anúncio de que Cuiabá estará inabitável em 2050.

Há um dado bastante curioso segundo o qual não há mais água disponível no planeta. No entanto, diriam esses políticos, "isso é pura ideologia porque, quando abro minha torneira, sai bastante água". Porém, é assim que age o capitalismo: enquanto uns têm bastante, outros têm pouco e a maioria não têm nada. Perguntem aos moradores de Alta Floresta, no norte de Mato Grosso, como

estão suas torneiras. Ou às comunidades em torno do Rio Paraguai, que no próximo mês tem uma data para ser "comemorado" em meio a uma das piores secas já vistas na bacia.

Retomando a ideia do visível e invisível, tenho a impressão de que essas pessoas não têm capacidade de abstrair, de simbolizar (como diria Leslie White), de perceber o problema antes que ele se torne real e isso pode decretar nosso fim num período ainda mais curto do que prevê o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, o IPCC. Quer algo mais ideológico do que ignorar os avisos, não só da Ciência, mas dos fenômenos naturais em desequilíbrio?

Bom, os dodôs estão extintos, principalmente por intervenções humanas. A fila está andando. Quem "seremos" os próximos?

* HERMAN OLIVEIRA é secretário executivo do Fórum Popular Socioambiental de Mato Grosso (Formad).



Agro é o Brasil do futuro

Eduardo Berbigier (*)

A regulamentação da reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional tem sido alvo de intensos debates, especialmente no que tange aos reflexos para o agronegócio, um setor vital para a economia brasileira. É crucial analisar as possíveis mudanças e seus impactos à luz dos textos propostos, também com foco nas alíquotas e na estrutura tributária. Embora a reforma tenha como objetivo simplificar o sistema de impostos sobre consumo, as consequências para o agronegócio podem ser severas.

Atualmente, o agronegócio desfruta de uma situação diferenciada no sistema tributá-

rio brasileiro. Muitos dos tributos que incidem sobre o setor, como IPI, PIS, COFINS, ICMS e ISS, têm alíquotas reduzidas ou até mesmo zeradas. Além disso, o setor ainda conta com a possibilidade de recuperar créditos tributários em espécie ou compensá-los com outros tributos. No entanto, com a substituição desses impostos pelos novos tributos IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), além do imposto seletivo, as alíquotas tendem a aumentar significativamente.

O ponto central da preocupação reside no fato de que a alíquota média paga pelo agronegócio hoje gira em torno de 3% a 4%, mas com a nova estrutura proposta, essa alíquota

pode saltar para mais de 11%, representando um aumento de praticamente três vezes. E isso pode ser ainda mais elevado. O pedido do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para aumentar a alíquota em mais 1,47%, que pode levar o percentual total para 28%, coloca o Brasil no patamar das maiores alíquotas de IVA (Imposto sobre Valor Agregado) do mundo, comparável à Hungria.

Por outro lado, a dita simplificação tributária está cada vez mais distante, com uma série de regras específicas, e a concomitância de 2 sistemas distintos, encarecendo ainda mais o staff do empresário que já usa muitas horas para apuração de seus tributos.

Esse aumento pode impactar negativamente a competitividade do agronegócio brasileiro. O setor já enfrenta desafios significativos, como altos custos logísticos e trabalhistas, que são alguns dos mais elevados globalmente. A carga tributária majorada poderá inviabilizar a capacidade do agro em competir no mercado internacional, especialmente em um cenário onde outros países, como Estados Unidos, França e Suíça, oferecem subsídios substanciais para seus produtores.

Outro ponto que merece atenção é o impacto sobre os pequenos produtores. A reforma prevê que produtores que faturam até R\$ 3,6 milhões anuais precisarão se tornar pessoas jurídicas para ter acesso ao crédito presumido, essencial para manter a competitividade. Isso pode criar barreiras adicionais, dificultando a sobrevivência desses pequenos produtores no mercado e, por consequência, prejudicando toda a cadeia produtiva do agro.

Além disso, a dívida tributária já existente no Brasil, que ultrapassa R\$ 12,5 trilhões, evidencia um sistema falido. O aumento da carga tributária pode agravar ainda mais essa situação, tornando o cumprimento das obrigações fiscais ainda mais difícil para os empresários

honestos que já lutam para se manter em dia com o fisco.

A velocidade com que a reforma está sendo aprovada também é motivo de preocupação. A Câmara dos Deputados aprovou o texto em tempo recorde, sem a devida discussão e análise aprofundada das centenas de emendas apresentadas. Agora, cabe ao Senado examinar com mais calma e atenção, evitando que decisões precipitadas prejudiquem ainda mais o setor agropecuario.

A Frente Parlamentar, as entidades representativas do Agronegócio, os agricultores precisam se mobilizar intensamente para que sejam apresentadas soluções ao texto com objetivo de mitigar os impactos negativos da reforma. Embora o pior cenário já esteja delineado, ainda há espaço para ajustes que possam preservar a competitividade do agro e, por extensão, a estabilidade econômica do país.

Em suma, a reforma tributária em discussão tem potencial para trazer mudanças profundas para o Brasil, mas é preciso cautela para evitar que o agronegócio, responsável por uma fatia significativa do PIB e do saldo positivo da balança comercial brasileira, sofra prejuízos irreparáveis.

A sociedade deve estar ciente de que as decisões tomadas agora poderão afetar o país por décadas, e é necessário um esforço conjunto para garantir que o novo sistema tributário seja justo e eficiente, sem sacrificar um dos setores mais importantes da nossa economia.

*EDUARDO BERBIGIER é advogado tributário, especialista em Agronegócio e CEO do Berbigier Sociedade de Advogados e membro da área tributária da Sociedade Rural Brasileira.



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT
Telefone: 65 99696-6688

NA MIRA DA AL

Segundo Faissal, concessionária tem apresentado constantes falhas na prestação de serviço e no atendimento à população mato-grossense

Deputado propõe CPI da Energisa

Gabriel Soares

O deputado estadual Faissal Calil (Cidadania) protocolou na quarta-feira, 16 de outubro, um pedido de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) para investigar o contrato e a atuação da concessionária de energia elétrica Energisa no estado. O objetivo da CPI seria apurar se a empresa está cumprindo as obrigações contratuais e analisar a qualidade do serviço oferecido à população mato-grossense, que tem sido alvo de frequentes reclamações.

De acordo com o parlamentar, a criação da CPI é uma medida urgente, dada as graves deficiências observadas na prestação do serviço de energia elétrica. Faissal destacou que a energia é um pilar fundamental para o desenvolvimento econômico e social, e que é inadmissível que a concessionária continue enfrentando

problemas recorrentes sem uma investigação aprofundada.

“É urgente apurar a real qualidade dos serviços prestados pela concessionária. Nos últimos anos, os consumidores têm enfrentado frequentes interrupções no fornecimento de energia, ocasionando transtornos que variam desde a interrupção da rotina das famílias até prejuízos significativos para os setores produtivos e industriais”, afirmou Faissal.

O deputado destacou que os constantes cortes de energia elétrica em Mato Grosso têm causado prejuízos não só para as famílias, mas também para o setor produtivo, gerando perdas em diversas áreas da economia. As falhas no fornecimento de um serviço essencial como a energia elétrica indicam, segundo Faissal, uma gestão ineficiente da concessionária, incapaz de garantir a estabilidade e a continuidade do fornecimento.



Deputado afirma que empresa tem prestado serviço e atendimento de má qualidade em Mato Grosso

Além dos transtornos diários enfrentados pela população, as frequentes quedas de energia impactam diretamente o setor industrial e agrícola, dois dos principais motores econômicos do estado. Isso, segundo Faissal, reforça a necessidade de uma investi-

gação detalhada sobre a atuação da Energisa, especialmente no que diz respeito ao cumprimento de suas obrigações contratuais.

Outro ponto levantado pelo parlamentar é a necessidade de apurar os investimentos realizados

pela Energisa durante o período de concessão. Embora a empresa tenha anunciado uma série de investimentos para modernizar a rede elétrica e aumentar a capacidade de fornecimento, Faissal afirma que tais investimentos não parecem

ter resultado em melhorias perceptíveis na qualidade do serviço prestado à população.

“É crucial verificar se os recursos destinados à modernização da rede elétrica e à ampliação da capacidade de fornecimento estão sendo aplicados de forma eficiente e transparente, especialmente considerando que o valor das tarifas deve refletir os investimentos efetivamente realizados pela concessionária”, declarou o deputado.

Faissal pontuou ainda que a CPI permitirá uma análise aprofundada dos contratos firmados entre a Energisa e o estado de Mato Grosso, com o objetivo de verificar se a concessionária está cumprindo as metas de desempenho estabelecidas e se os investimentos anunciados estão sendo aplicados corretamente. Caso sejam identificadas falhas, a investigação pode apontar a necessidade de intervenções e correções imediatas.

IMAGEM DESGASTADA

Abílio: “Lúdio tem medo de perder com vinda de Lula”

Da redação

Após o candidato prefeito Lúdio Cabral (PT) confirmar que o presidente Lula (PT) não vem a Cuiabá fazer campanha, seu adversário, Abílio Brunini (PL), diz que o petista tenta esconder o apoio de Lula e de seu partido, o PT. Abílio fez a declaração nesta quarta-feira, 16 de outubro.

Abílio citou a campanha de Lúdio que tenta se aproximar do eleitorado evangélico, excluindo a cor ver-

melha característica do PT.

“Acho que ele tem medo da vinda do Lula, é diferente. Ele tem medo de perder força com vinda do Lula. Por isso que ele põe adesivo azul, não põe a cor vermelha, não coloca a estrelinha no peito, não coloca o número 13 do mesmo adesivo que fala que ele é cristão. Então ele esconde o PT, esconde o Lula, para agradar todo mundo. Tem até uma música do Novo Som: Mentas tão bem. Combina com ele.

O presidente se ausentou de participar de campanhas nas principais capitais, justificando agendas de governo. Havia expectativa da vinda de Lula já que Lúdio apareceu bem nas pesquisas, sete pontos atrás do seu adversário, Abílio Brunini (PL).

Informações de bastidores dão conta que Lula tem rejeição muito alta em Cuiabá. Por conta disso a campanha avaliou que a presença do presidente atrapalharia os planos de Lúdio.

AGENDA DE GOVERNO

Lúdio: “Lula não virá a Cuiabá porque vai à Rússia”

Da redação

O presidente Lula (PT) viaja para Rússia e, por isso, não virá a Cuiabá pedir votos ao candidato a prefeito de seu partido, o deputado estadual Lúdio Cabral. Essa foi a justificativa apresentada por Lúdio nesta quarta-feira, 16 de outubro, sobre a ausência do líder petista na campanha.

O presidente se ausentou de participar de campanhas nas principais capitais, justificando agendas de governo. Havia expectativa de que

Lula visitasse Cuiabá no segundo turno, a exemplo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), já que Lúdio apareceu bem nas pesquisas, sete pontos atrás do seu adversário, Abílio Brunini (PL).

“O presidente da República não virá a Cuiabá por conta da agenda de governo. Na semana que vem vai estar no exterior em uma agenda na Rússia, dos Brics, então não virá”, disse.

“Eu cheguei em Brasília na semana passada, conversei longamente com o presidente. Apre-

sentamos nossos projetos para Cuiabá que nós queremos construir [...] o presidente deixou claro: Lúdio, monte uma equipe técnica, qualificada no seu secretariado. Elabore os projetos e traga que o Palácio do Planalto está de portas abertas para você e todas os ministérios”, falou Lúdio.

Já nos bastidores, a informação é que Lula tem rejeição muito alta em Cuiabá. Por conta disso, a campanha avaliou que a presença do presidente atrapalharia os planos de Lúdio.

“ESTADO NÃO É EMPRESA”

TCE vai brigar pelo duodécimo

Da redação

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), conselheiro Sérgio Ricardo, afirmou nesta quinta-feira, 17 de outubro, que irá cobrar com rigor o reajuste do duodécimo para 2025. O duodécimo é o repasse obrigatório de recursos feito pelo governo estadual aos Poderes e órgãos autônomos, como o TCE. No entanto, o governador Mauro Mendes (União) já sinalizou que só aceitará o aumento

caso sejam apresentadas "provas de aumento de despesas".

Sérgio Ricardo defendeu que os índices de repasse praticados até 2017, antes da vigência da PEC do Teto dos Gastos, sejam retomados por meio de uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, atualmente em tramitação na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT). Segundo o presidente do TCE, isso garantiria previsibilidade e estabilidade

financeira para o órgão e os demais Poderes.

“Não tínhamos problemas de orçamentos porque tínhamos um índice. Eu vou na Assembleia defender o meu ponto de vista para que retorne os índices que eram praticados até 2017. Eu fui presidente e duas vezes primeiro-secretário da AL, e nunca tivemos problemas com orçamentos porque havia o índice para o ano inteiro para gastar e pagar folha”, explicou.

“De 2017 para cá, por conta da PEC do Teto dos Gastos, ocorreu que o Brasil precisava fazer uma economia, e essa PEC durou 5 anos. Ela ficou até 2022, mas o governo continuou pagando conforme essa regra da PEC, que já foi suspensa”, completou.

A PEC do Teto dos Gastos foi uma medida adotada pelo governo federal, e replicada por alguns Estados, para controlar os gastos públicos. Ela limitava o aumento das despesas à variação da inflação,



Sérgio Ricardo explica que governo manteve regra da PEC do Teto de Gastos, mesmo após o fim de sua vigência

o que impactou diretamente o cálculo do duodécimo repassado aos Poderes. Sérgio Ricardo destacou que, mesmo após o fim da vigência da PEC, o governo de Mato Grosso manteve os valores de repasse limitados.

O presidente do TCE reforçou que a discussão sobre o orçamento para 2025 precisa incluir a correção dos repasses, garantindo que o Tribunal e os demais Poderes tenham os recursos necessários para cumprir suas obrigações.

Sérgio Ricardo diz que já tomou medidas para formalizar sua solicitação, enviando uma carta à Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Ele reiterou que a solicitação está dentro da legalidade e que o Tribunal de Contas está reivindicando apenas o que é de direito.

“Quero que conste o valor previsto e operado para o ano que vem. É um percentual de lei, que todos os poderes têm direito. O que eu vou solicitar é, e eu já envie uma carta à Assembleia, eu quero que volte os índices, eu

quero que o TCE conste exato, conforme a lei”, concluiu.

Apesar da cobrança de Sérgio Ricardo, o governador Mauro Mendes foi claro ao afirmar que o reajuste do duodécimo só será aceito se forem apresentadas provas de que os órgãos enfrentam aumento significativo nas despesas. O debate promete esquentar nos próximos meses, com o Tribunal de Contas buscando o reajuste e o governo estadual cauteloso em relação ao aumento de despesas.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
ATO		
A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Lucas do Rio Verde, em conformidade com o Anexo Único, Item 2.3 da Lei Complementar nº 202/2019, que cita: “a empresa que não apresentar o Relatório Biannual terá a sua licença ambiental automaticamente cancelada”. Portanto, torna público o cancelamento das seguintes licenças ambientais:		
NUMERO PRO-CESSE	RAZAO SOCIAL	CPF/CNPJ
1527/2022	Ferti Rio Comércio e Representações LTDA	11891380/0001-18
9545/2022	Marcos Roberto da Silva Rodrigues	22611839/0001-07
3035/2022	Tiago Dal Ponte Vani	31528217/0001-00
7682/2022	Patria Agrícola Comercio e Distribuição de Insumos Agrícolas LTDA	45119416/0001-61
6653/2022	Carbon Chip LTDA	42570749/0001-14
Lucas do Rio Verde, 17 de outubro de 2024. Felipe de Sá Palis e Souza		
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Lucas do Rio Verde, em conformidade com o artigo 16, que trata dos prazos estipulados pelo órgão ambiental, da Resolução CONAMA nº 237/1997, torna público o arquivamento dos seguintes processos de Licenciamento Ambiental:		
Nº PROCESSO	RAZÃO SOCIAL	CPF/CNPJ
6706/2024	INDUSTRIA E COMERCIO DE TORTA SANTA ANA LTDA	12.044.154/0001-64
Lucas do Rio Verde, 17 de outubro de 2024. Felipe de Sá Palis e Souza Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente		

SUPERANDO A SECA

Destaque da safra 2024/25 é o crescimento expressivo na produção de arroz e de soja, na ordem de 40,4% e 17%, respectivamente

Produção deve crescer 4,3% em MT

Gabriel Soares

Apesar de enfrentar a pior seca dos últimos 44 anos, Mato Grosso está a caminho de aumentar sua produção de grãos em 4,3% na safra 2024/2025, alcançando um volume estimado de 97,1 milhões de toneladas. É o que aponta o 1º Levantamento da Safra de Grãos 2024/2025, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A previsão é de que sejam colhidos 3,9 milhões de toneladas de grãos a mais em relação à safra anterior.

Os destaques dessa safra são o crescimento expressivo na produção de arroz e soja. O arroz deve ter um salto de 40,4% na produção, enquanto a soja, carro-chefe do agronegócio mato-grossense, deve ter um aumento de 17%.

O atraso no início das chuvas, devido à seca histórica, impactou o preparo do solo e o plantio, mas as projeções continuam positivas, com expectativa de 46 milhões de toneladas de



Marcos Vergueiro/Secom-MT

Apesar da seca, Conab projeta aumento de 17% na produção de soja na safra 2024/25

soja colhidas, um avanço significativo frente às 39,3 milhões de toneladas da safra anterior. A área destinada ao cultivo da oleaginosa também cresceu, passando para 12,6 milhões de hectares, um aumento de 2,6%.

Outro destaque da safra 2024/2025 em Mato Grosso é a produ-

ção de arroz, que deverá crescer 40,4%, com uma produção estimada de 474 mil toneladas. A área de cultivo do cereal deve crescer, chegando a 133,6 mil hectares, um aumento de 39,3% em comparação com a temporada anterior. O estado segue a tendência nacional de crescimento na produção de arroz,

em meio a um cenário de recuperação após as enchentes no Rio Grande do Sul, maior produtor do cereal no Brasil.

A Conab prevê que o Brasil volte a atingir patamares históricos de produção de arroz, graças ao aumento de áreas cultivadas em várias regiões do país, especialmente no Centro-Oeste,

que apresenta um incremento de 33,5%. Sozinho, Mato Grosso responde por uma parcela expressiva desse crescimento.

INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA - Para garantir o escoamento eficiente dessa safra crescente, o Governo de Mato Grosso tem investido fortemente em infraestrutura rodoviária. A Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra) já concluiu 3.838 km de asfalto novo em rodovias estaduais, e outros 1.033 km estão em construção. Mato Grosso, que possui uma malha rodoviária estadual de 31 mil km, também vê um avanço em obras estratégicas como a duplicação da BR-163, um dos principais corredores logísticos do agronegócio.

A duplicação da BR-163, especialmente no trecho entre Posto Gil e Sinop, é considerada crucial para aliviar gargalos no transporte da produção. Estão previstos investimentos de R\$ 7,6 bilhões para a conclusão das obras,

que beneficiarão diretamente o transporte de cerca de 70 mil carretas que passam diariamente pela rodovia, de acordo com a concessionária Nova Rota Oeste.

"O governo está acompanhando o ritmo de crescimento do estado. Além de investir em infraestrutura, também temos promovido a verticalização da produção agrícola, com incentivos à agroindústria e ao setor de biocombustíveis. O Mato Grosso é o maior produtor de etanol de milho e tem atraído novas plantas industriais de energia limpa", destacou o secretário de Desenvolvimento Econômico, César Miranda.

Com a expectativa de colheita elevada, mesmo diante de adversidades climáticas, Mato Grosso se consolida como um dos principais pilares do agronegócio brasileiro, mostrando que a combinação de planejamento, investimento em infraestrutura e a resiliência dos produtores rurais tem garantido o crescimento sustentável do setor.

RESTAURANTES

Altas da carne e da energia pressionam o setor

Da redação

A alta nos preços da carne bovina e da energia elétrica já está impactando significativamente o setor de alimentação fora do lar. De acordo com dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10) subiu 1,34% em outubro, acelerando em relação à alta de 0,18% registrada no mês anterior. Com esse resultado, o índice acumula aumento de 3,91% no ano e de 5,10% nos últimos 12 meses.

Além disso, informações do Cepea/USP indicam que o preço do boi gordo acumulou uma alta de quase 20% até a primeira metade de outubro de 2024, em comparação ao valor que encerrou 2023. Esse aumento expressivo é atribuído à menor oferta de animais para abate e ao aquecimento do consumo de carne bovina, tanto no mercado interno quanto no externo.

A taxa do grupo Matérias-Primas Brutas no IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), também medido pela FGV, passou de -0,86% em setembro para 3,94% em outubro. As principais contribuições para a aceleração desse grupo partiram dos itens: minério de ferro (de -8,41% para 1,84%), soja em grão (de -0,99% para 6,58%) e bovinos (de 2,83% para 8,36%).

"A aceleração do IPA foi impulsionada pelos produtos agropecuários, que continuam a sofrer os efeitos da seca. No lado do consumidor, o acionamento da bandeira vermelha patamar 2, vigente desde o início de outubro, provocou um

aumento nas tarifas de energia elétrica, fator crucial para a elevação do IPC. Na construção civil, a alta registrada refletiu principalmente o aumento nos preços de materiais, equipamentos e serviços", destaca Matheus Dias, economista do FGV IBRE.

Paulo Solmucci, presidente da Abrasel, registra que "em diversas regiões do país, os preços da carne bovina nos fornecedores já registram aumento significativo. Há relatos de aumento de até 20% no preço do filé mignon em alguns estados. Esse cenário tem levado a uma elevação nos custos operacionais dos bares e restaurantes, que enfrentam dificuldades para repassar esses aumentos aos consumidores sem comprometer a demanda".

O aumento no preço da energia também traz preocupação, segundo o presidente da Abrasel.

"É um insumo essencial, as cozinhas estão cada vez mais dependentes de energia elétrica, não só para refrigeração, mas também para o preparo dos alimentos. Neste cenário, nos causou muita estranheza a decisão do governo de adiar a discussão sobre a volta do horário de verão para o ano que vem. Segundo estudos do próprio governo, isto traria uma economia, ainda que pequena. E nos ajudaria do lado da demanda, com um aumento de até 50% no fim do dia, que se traduziria em um robusto incremento mensal no faturamento, de cerca de 10%. Com isso, ficou difícil de entender a decisão de não voltar com o horário de verão já este ano".

OSCILAÇÕES NO MERCADO

Restaurantes têm queda nas vendas

Gabriel Soares

O setor de bares e restaurantes em Mato Grosso registrou uma retração de 3% no volume de vendas em setembro, em comparação com o mês anterior, de acordo com o Índice Abrasel Stone. O desempenho reflete um cenário de oscilações que o setor vem enfrentando ao longo dos últimos meses. Após uma queda nas vendas em julho, o segmento havia mostrado uma leve recuperação em agosto, mas voltou a cair no mês seguinte.

Embora o cenário atual seja de queda, o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, mantém uma perspectiva otimista para os próximos meses. A expectativa é de uma recuperação gradual nas vendas, impulsionada principalmente pelos fatores sazonais de fim de ano, como o pagamento do 13º salário, as festas de Natal e as férias.

"Embora tenhamos enfrentado uma retração, as projeções para os próximos meses são positivas. O pagamento do 13º salário, além das festas e férias de fim de ano, deve impulsionar o consumo. Estamos confiantes em uma recuperação gradativa, especialmente a partir de novembro, quando esses fatores começam a impactar as vendas de forma mais significativa", afirmou Solmucci.

Apesar da retração, o desempenho de Mato Grosso foi o sexto melhor do país, perdendo apenas para Roraima, Tocantins, Goiás e Amazonas, sendo que desses estados, apenas Roraima registrou crescimento



Apesar das oscilações, expectativa é de melhora nos próximos meses, com eventos de fim de ano e o pagamento do 13º salário

nas vendas, com um aumento de 0,8%.

A queda de setembro também foi significativa no comparativo anual. Em relação a setembro de 2023, o volume de vendas no setor de bares e restaurantes em Mato Grosso teve uma retração de 5%. Esse desempenho coloca o estado na sétima pior posição entre os 24 estados analisados no levantamento nacional, evidenciando as dificuldades que o setor ainda enfrenta para se estabilizar.

NACIONAL TAMBÉM É NEGATIVO - No âmbito nacional, o setor de bares e restaurantes apresentou uma retração de 4% em setembro, comparado a agosto de 2024. Entre os estados analisados, apenas Roraima registrou crescimento no volume de vendas, enquanto Maranhão e Piauí apresentaram as quedas mais acentuadas, de 6,7% e 6,5%, respectivamente. A retração também foi expressiva nas regiões

Sul e Sudeste, com o Rio Grande do Sul registrando uma queda de 5,3%, e São Paulo, 3,9%.

No comparativo anual, o cenário nacional seguiu a mesma tendência de queda, com uma retração de 4,5% em relação a setembro de 2023. Ainda assim, alguns estados, como Alagoas, Tocantins, Rio Grande do Sul e Roraima, tiveram desempenhos positivos no período.

De acordo com Matheus Calvelli, pesquisador e cientista de dados responsável pelo levantamento, o cenário econômico brasileiro apresenta bons números em termos macroeconômicos, como a taxa de

desemprego em níveis historicamente baixos e o aumento da massa salarial. No entanto, a alta taxa de inadimplência, que se mostrou resiliente nos últimos meses, pode estar contribuindo para a retração do consumo.

"A economia brasileira vem apresentando bons números macroeconômicos, com taxa de desemprego em níveis historicamente baixos e relevante alta da massa salarial. Isto, contudo, é contrastado por uma taxa de inadimplência ainda razoavelmente elevada, o que potencialmente explica a retração do consumo registrado", comentou Calvelli.

PUBLICIDADE LEGAL
ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.
(65) 99228-9990
ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
• CONVOCACÕES • REGULAMENTOS
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...